

REVISTA

UNA

COLETIVO DE MULHERES DO SENGE-VR

Coletivo de Mulheres do Senge-VR participa de evento da Uni Américas, na Argentina

Página 5



**ENGENHEIRO(A), SIM! ANALISTA, NÃO!
APOIE ESSE PROJETO PELA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
DA ENGENHARIA! ASSINE O ABAIXO-ASSINADO!**



COLETIVO DE MULHERES
DO SINDICATO DOS ENGENHEIROS
DE VOLTA REDONDA

EDIÇÃO 03
SETEMBRO 2022

VIOLÊNCIA
POLÍTICA
CONTRA A
MULHER

Páginas 11 e 12



DEPRESSÃO
E SUICÍDIO
POR MARIA LUCIA DA SILVA ROSA

Página 8



fisenge
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE
SINDICATOS DE ENGENHEIROS

EDITORIAL

Falar sobre a história do voto feminino no Brasil até parece ficção. Esse voto é algo que parece comum nos dias de hoje. Até o primeiro terço do século XX, as mulheres não podiam votar. Aliás, num passado não muito distante, nem todos os homens podiam. Somente os homens ricos, aqueles de grande poder aquisitivo. Depois, o direito ao voto foi estendido a todos os homens, mas as mulheres ainda não podiam exercer esse papel tão importante, de soberania popular, que é o voto. Enfim, em fevereiro de 1932, durante o governo Vargas, as mulheres conquistaram esse direito, embora essa tenha sido uma vitória limitada: o então código eleitoral vigente previu, pela primeira vez, o voto feminino. Com isso, as mulheres passaram a ter a faculdade de votar, mas apenas as casadas. As que eram solteiras ou viúvas tinham que provar a independência econômica. Em 1946, o voto feminino torna-se obrigatório. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito e os números não mentem: nós, mulheres, ocupamos menos de 15% dos cargos eletivos e somos mais de 50% dos votantes.

Vivemos em uma sociedade de desiguais, plural, feita de pessoas diferentes com realidades e necessidades diferentes. Por isso que, às vezes, a pessoa que me representa, por exemplo, não representa você, caro(a) (e)leitor(a). Sempre precisamos manter aquilo que nos une. Para nos tornarmos mais fortes, mais importantes que essas diferenças.

Precisamos de representantes que cumpram os acordos conosco durante a campanha e seu compromisso juramentado, na íntegra, quando empossado. Hoje, sabemos que o nosso voto é de suma importância, porque nós, mulheres, podemos decidir as eleições. Precisamos analisar os perfis, as propostas dos candidatos para bem optarmos e escolhermos nossos representantes e, em caso de reeleição, avaliarmos as atividades realizadas nos mandatos cumpridos, se os mesmos estiveram comprometidos em criar boas leis, assim como exercer seu dever fiscalizatório, cada um em seu âmbito, seja estadual, seja federal.

Ansiamos por mais mulheres na política, nas Assembleias Legislativas e no Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado. Mulheres com pautas não só para mulheres, mas também contra a fome, contra a miséria, pela educação, pela vida, pela liberdade religiosa, pelo emprego, pela soberania nacional.

Então, vamos juntos construir um país melhor! No próximo dia 02 de outubro, vamos exercer o nosso direito ao voto. Não falte, não vote em branco e não anule seu voto.

Não fique só. Fique sócio(a).

Neide Aparecida dos Santos

Engenheira, diretora e vice-presidente do Senge-VR

EXPEDIENTE

Revista Digital do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (Senge-VR)

Email: coletivodemulheressengevr@gmail.com

Edição 03 - Setembro de 2022

DIRETORIA

Presidente: Fernando Elias Vieira Jogaib

Vice-presidente: Neide Aparecida dos Santos

Diretor de Formação: Sandro Rosa Correa

Diretor Suplente de Formação: Éder Jose Siqueira

Diretor de Imprensa e Comunicação: Darker Valério Pamplona

Diretor Suplente de Imprensa e Comunicação:

Antônio Otávio Espíndola

Diretor de Base: Marcus Vinícius de Almeida

Diretor Suplente de Base: Luiz Eduardo Couto

Figueiredo

Diretor de Relações Externas: Fernando Luiz Miterhof

Diretor Suplente de Relações Externas: Nelson Neves Teixeira

Diretor de Administração e Finanças: Sidnei Francisco

Diretor Suplente de Administração e Finanças: Carlos Roberto R. da Silva

Diretor de Tecnologia: Tiago Duarte Amorim

Diretor Suplente de Tecnologia: Lúcia Valéria A. do Nascimento

CONSELHO FISCAL :: TITULARES:

Ademir Geraldo do Nascimento

Antônio Carlos Sarkis Issa

Iveraldo de Oliveira

SUPLENTES:

Antônio Carlos Tavares Cordeiro

Alline Oliveira Gonçalves

Genésio Moreira da Cruz

DELEGADOS REPRESENTANTES

Alexandre Fernandes Habibe

Carla Ferreira do Nascimento

Fabíola de Souza Viana

Sérgio Luiz Taranto de Reis

Coordenação:

Neide Aparecida / Cíntia Moreira

Alline Gonçalves / Lúcia Nascimento

Jornalista: Thaís Soares

Endereço: Rua 21, 48 - Vila Santa Cecília, Volta Redonda/RJ - CEP 27260-280

Telefones: 24 3343-1606 / 98823-8891 (Whatsapp)

CASO CRISTINA KIRCHNER E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: UMA TRISTE REALIDADE

As imagens repercutiram em diversos países. Uma cena forte, de extrema violência, mostrava um homem apontando o revólver para a cabeça da vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Ele dispara, mas a arma não funciona. Não há como não se chocar com a cena.

O homem foi preso e, infelizmente, soube-se que é brasileiro.

Não há como falar do atentado e não tocar no tema da violência política de gênero. Ela silencia, destrói e pode até matar mulheres em exercício de mandatos, eleitas democraticamente pela população.

Segundo a Justiça Eleitoral, na “Cartilha sobre violência de gênero”, lançada em 2021, a violência política contra as mulheres pode ocorrer por meio de ações ou omissões que visem causar danos ou sofrimento a elas. A agressão pode ocorrer de forma direta ou por meio de terceiros e ser direcionada a uma pessoa ou a um grupo. O objetivo é anular, impedir, depreciar ou dificultar o exercício dos seus direitos políticos em razão do gênero feminino. Inclui, portanto, mulheres transgêneras.

Desde 2021, a prática se tornou crime no país. Previsto no art. 326-B do Código Eleitoral, o crime eleitoral de violência política de gênero se caracteriza pelo assédio, constrangimento, humilhação, perseguição ou ameaça, fora ou dentro do meio virtual, contra candidatas ou políticas ocupantes de cargos eletivos, com a finalidade de impedir ou dificultar a sua campanha eleitoral ou seu mandato eletivo, com menosprezo ou discriminação em relação a seu gênero, cor, raça ou etnia.

A pena prevista é de 1 a 4 anos de reclusão e multa, podendo chegar a 5 anos e 4 meses se for praticado contra mulher de mais de 60 anos, gestante ou pessoa com deficiência.

Infelizmente, ainda há casos acontecendo diariamente e que devem ser denunciados para que seja cumprida a lei e para que as mulheres sejam livres para exercer plenamente seus mandatos.



Livro “Sempre foi sobre nós”

No início deste ano, Manuela d’Ávila, uma das feministas mais ativas e relevantes do país, decidiu buscar histórias similares às suas. Assim nasceu Sempre foi sobre nós, livro que reúne relatos de mulheres com importante atuação na política brasileira e que sofreram violência durante a campanha eleitoral e no exercício do mandato. As vivências apresentadas são chocantes não apenas pela agressividade das disputas políticas, mas por sua motivação intrínseca: todas as autoras foram e são atacadas quase diariamente apenas por serem o que são, mulheres.

As agressões relatadas vão desde notícias mentirosas e distorcidas da grande mídia, como as perpetradas contra Dilma Rousseff e Jandira Feghali, aos e-mails anônimos com ameaças de morte e estupro recebidos por Duda Salabert e Talíria Petrone. Chegam até mesmo ao marco da violência política, racista e de gênero brasileira, o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson, em 14 de março de 2018.

“Sempre foi sobre nós é um documento histórico que dá nome ao fenômeno violência política de gênero. É também um convite para que a política seja repensada e para que situações de opressão não sejam mais toleradas. “Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas entram, muda a política”, são as palavras da ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet. “Que estes relatos de fibra e bravura sirvam para além da denúncia, que sejam fonte de admiração e inspiração para um futuro mais igualitário”, diz trecho da descrição do livro.

Este livro conta com textos de Anielle Franco, Áurea Carolina, Benedita da Silva, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Dilma Rousseff, Duda Salabert, Erika Hilton, Isa Penna, Jandira Feghali, Jô Moraes, Manuela d’Ávila, Maria do Rosário, Marina Silva, Marlise Matos, Sonia Guajajara, Tabata Amaral e Talíria Petrone.

DEPRESSÃO E SUICÍDIO - SETEMBRO AMARELO

"Não e que eu pretenda matar-me. Quero apenas desaparecer! Livrar me desta horrível sensação de vazio, de inutilidade da exis-tência..."

Trecho do livro *Depressão* de Richard Simonetti

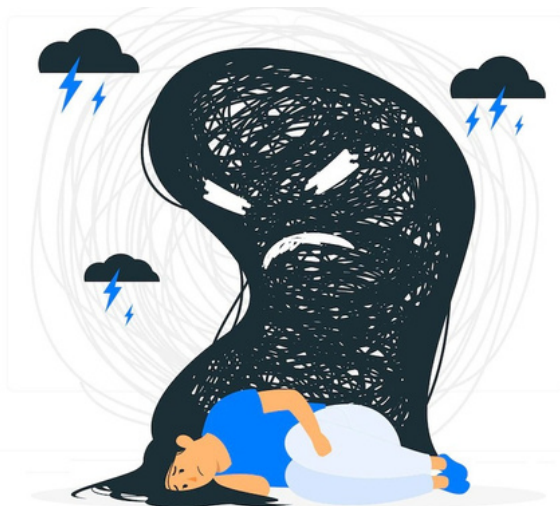
Nós precisamos falar dessa sensação de vazio e inutilidade que toma conta de tantas pessoas no mundo atualmente. Não pretendo neste artigo falar de estatísticas, até porque elas são bem altas e assustadoras. Desejo falar sobre como você tem levado sua vida, como tem feito sua jornada sagrada neste mundo. Tem sido algo normal, leve e com algum grau de dificuldade superável ou tem sido algo infinitamente difícil, desafiador e problemático?

Se a sua jornada está mais ligada a segunda opção vamos então aproveitar este momento para trocar uma ideia sobre vida, significado e propósito.

Sempre digo em terapia que nossa vida depende muito desses dois paradigmas: significado e propósito, e que quando você os encontra em sua vida, ela se torna mais saudável, prazerosa e feliz.

Mas porque isso? Porque quando somos jovens apenas nos preocupamos em ter prazer e ser feliz, não importa muito as condições, o lugar, apenas colocamos nosso foco em estar com quem nós gostamos, aproveitar melhor o presente e tirar o máximo proveito disso. Quando o tempo passa e a maturidade chega já começamos a nos importar com a grana, a estabilidade, com a posição social, o papel que representamos em sociedade e como somos vistas pelos outros. E penso ser nesse momento que as coisas começam a complicar quando elas não acontecem do jeito que esperamos ou idealizamos. Bater de frente com a realidade que nossa vida é muito diferente muitas vezes do que sonhamos para nós, como "nossa vida perfeita", gera frustração, inconformismo, revolta e muitas vezes tristeza e depressão.

Você começa a olhar muito pela janela e ver a vida do outro e numa ilusão de ótica começa achar que todo mundo é feliz, menos você. Sua lente e sua régua para medir o grau de satisfação frente a vida começam a ficar embaçadas e com medidas bem erradas entre o eu e o outro, e nessa comparação você começa a perder a capacidade de superar, de relevar e de sonhar.



Pouco a pouco começa a desistir de viver, de tentar novamente. Já não sai muito, já prefere ficar só, já não se distrai, não faz atividade física, vai se abandonando aos poucos e silenciosamente esquece que você tem um significado para estar aqui e um propósito para cumprir nesta Terra. Se por acaso você conhece alguém que se sente assim, ou se você mesmo se sente assim, eu digo-te, procure ajuda! Saia de casa, mesmo sem vontade, vá a palestras, vá ao médico, busque terapia, fale com sua melhor amiga que você anda triste demais e desanimada (o), não deixe este estado agravar, 3 dias de desânimo e vontade de ficar na cama são o limite para pedir socorro. Saiba que você não está sozinho ou sozinha, mesmo sem ver, um exército invisível está atrás desta cortina de fumaça torcendo para que você lute e volte a ser feliz! Acredite nisso, você pode, você merece ficar bem!

Para todas as coisas nesse mundo existe solução. Mesmo que você não veja a solução, não significa que ela não exista.

Desejo consciência a todos nós e uma profunda vontade de superar! Paz e bem!

Maria Lucia da Silva Rosa

Terapeuta transpessoal

Terapeuta de família

Terapeuta floral

Terapeuta Bioortomolecular

Pós-graduada em Neuropsicopedagogia

Escritora

Contata:malusrosa@hotmail.com

@Malurosa instagram e Facebook

(24) 99929-4959

ENGENHEIRO (A), SIM! ANALISTA, NÃO!

ASSINE O ABAIXO-ASSINADO:

[HTTPS://MAILCHI.MP/D46F659F0DD4/ENGENHEIROSIMANALISTANA0](https://MAILCHI.MP/D46F659F0DD4/ENGENHEIROSIMANALISTANA0)

Está em tramitação, da Câmara dos Deputados, em Brasília, o Projeto de Lei nº626/2020, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional. De autoria do deputado federal, Rogério Correia (PT-MG), o projeto é uma iniciativa da Fisenge (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros) que, em 2019, debateu nas reuniões de diretoria e em fevereiro de 2020, junto com o Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), entregou a proposta de projeto de lei para o autor. No último dia 14 de abril foi designada a relatoria do PL para a deputada federal Erika Kokay (PT-DF).

Para entender o histórico:

Essa luta completa mais de 20 anos. Isso porque o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (Senge-VR), filiado à Fisenge, já pautava essa questão nas teses dos seus encontros regionais, em 2001, além de documentos apresentados em Congressos Nacionais de Profissionais (CNP).

No ano de 2019, a diretoria da Fisenge se debruçou sobre uma proposta de um projeto de lei de valorização profissional para impedir o uso de termos fora da atribuição de engenheiro como, por exemplo, analista. Este tipo de prática recorrente, tanto no ambiente privado como no público, precariza as relações trabalhistas e tenta burlar o pagamento do Salário Mínimo Profissional (SMP), além de dificultar a fiscalização profissional.

Em seu artigo 2º, o PL prevê: “para efeito desta Lei, os profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea que atuam no setor público ou privado deverão ocupar cargos com a denominação exata de sua titulação profissional, qual seja, engenheiro, agrônomo, geólogo, meteorologista ou

geógrafo, uma vez comprovado que suas funções se enquadram nas atribuições legalmente estabelecidas para as referidas carreiras”. A justificativa também se ampara na Constituição Federal que versa: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Em 18 de fevereiro de 2020, em conjunto com o Confea, a então diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, e o diretor de negociação coletiva, Fernando Jogaib entregaram, em Brasília, uma proposta de projeto de lei elaborado pela Federação para o deputado federal Rogério Correia. Protocolado na Câmara Federal, a proposta se materializou no Projeto de Lei nº626/2020.

O objetivo dessa ação parlamentar é buscar soluções legislativas de interesse da engenharia; da agronomia e geociências, no sentido de reforçar a regulamentação e superar as distorções encontradas por engenheiros no exercício de suas atividades profissionais. O projeto fortalece as instâncias fiscalizatórias do Sistema Confea/Creas em prol da valorização profissional.

No entanto, a realidade dos profissionais no mercado de trabalho é outra. É comum o uso de nomenclaturas como analista e assessor para cargos que exigem qualificação e formação em engenharia. Este dispositivo é utilizado para burlar leis trabalhistas, com a finalidade de rebaixar salários, promover o descumprimento de jornada e a desvalorização profissional.

Concomitante a estas questões apresentadas, a burla da nomenclatura coloca em risco a qualidade dos serviços, produtos e políticas públicas entregues à sociedade. De acordo com o texto do PL, “a fiscalização das profissões regulamentadas é uma garantia constitucional dupla: primeiro ao cidadão que será atingido pelo serviço desempenhado por um profissional apto à tarefa, e em segundo ao próprio trabalhador, que terá uma entidade de fiscalização de suas condições laborais gerais tais como piso salarial”. Hoje, durante uma pandemia global de COVID-19, são fundamentais as condições sanitárias para a garantia da saúde pública da população e a engenharia tem uma contribuição importante desde o saneamento até a produção de respiradores e construção de hospitais.

SEMINÁRIO DA FISENGE DEBATE O FORTALECENDO DAS ENTIDADES DE CLASSE

No dia 19 de agosto realizou-se no auditório do Crea-RJ, o Seminário “Fortalecendo as entidades de Classe da Engenharia”, promovido pela Fisenge (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros) com patrocínio do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia).

O evento teve como objetivo fortalecer o papel das entidades de classe da engenharia na defesa dos direitos dos profissionais. De acordo com o engenheiro e presidente da Fisenge, Roberto Freire, é preciso conhecer a história das entidades para que possamos atender os desafios e as responsabilidades de hoje em dia, para isso, foram abordados os seguintes temas: “Fortalecimento das entidades de classe”; “Direitos dos engenheiros (as), Assessoria Parlamentar e Negociações Coletivas”; “Mulheres na engenharia, estudantes e recém-formados”.

No evento, estavam presentes as representantes dos Coletivos de Mulheres dos Sindicatos filiados a Fisenge, e a diretora (suplente) da Mulher da Fisenge, engenheira Eloísa Moraes, rememorou história de mulheres na engenharia como Ada Lovelace e Maria Elisabeth Marinho, primeira mulher a se formar em engenharia pela Universidade Federal da Paraíba.



Ao final do evento foi lançada a Cartilha “A história e as lutas das entidades de classe da engenharia”.

Em no dia 20 de agosto foi realizada a reunião do Coletivo de Mulheres, onde foram abordados diversos assuntos, como os eventos do CONFEA/CREA, a participação da Fisenge na 77ª SOEA e as Eleições Gerais do nosso país.

A Associação de Engenheiros e Arquitetos de Volta Redonda, comemorou no último dia 17 de setembro os 65 anos de sua criação. São mais de seis décadas marcando sua existência na história de muitos engenheiros e arquitetos. Referência técnica para Engenharia e Arquitetura, transformando e melhorando a sociedade.

O evento foi realizado no dia 16, com a entrega da Comenda Heitor Lopes Correa, homenagem a pessoas que contribuem com ações relevantes em prol da Associação e de toda região fluminense em prol da engenharia e arquitetura. Parabéns aos engenheiros homenageados: Luiz Antônio Cosenza, Ubirajara Vaz e Haroldo de Oliveira.

Parabéns AEVV!



NO DIA 22 DE SETEMBRO, O SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CELEBROU 91 ANOS DE HISTÓRIA! SÃO MAIS DE 9 DÉCADAS EM DEFESA DA ENGENHARIA.

VIVA O SENGE-RJ!



@coletivodemulheresvr



@senge_vr



@coletivodemulheresvr



@sengevr

PAPO RETO: O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NAS ELEIÇÕES



Em período eleitoral, o que não faltam são debates sobre os papéis e a correlação do Estado e do mercado, também conhecidos como o Primeiro e Segundo setores de uma sociedade. Mas, num momento como esse, você sabe onde entra o Terceiro Setor?

O Terceiro Setor, composto pelas sociedades civis sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, tem como principal norte impulsionar iniciativas voltadas para o desenvolvimento social. Diferentemente do Primeiro e Segundo, o Terceiro Setor não é marcado pela distinta categorização de “privado” ou “público”. Apesar de ter a possibilidade de firmar parcerias e até receber investimentos dos demais setores, o Terceiro Setor é independente dos demais, definindo sua própria agenda e administração com autonomia.

Engana-se quem atrela o Terceiro Setor pura e simplesmente à filantropia. Atualmente, além do desenvolvimento de ações caritativas, o Terceiro Setor assume importante papel como agente reivindicatório não só da efetividade dos

direitos fundamentais, mas também da participação social no processo de tomada de decisão pelo Estado¹.

Considerando não só o cenário eleitoral que estamos vivendo, mas também a polarização política como um todo, ter um bom processo eleitoral é fundamental para renovar ideias e reafirmar o compromisso da sociedade com valores e princípios democráticos. Pensando nisso, a ONG Pacto Pela Democracia lançou a PLATAFORMA ELEIÇÕES MELHORES, agora em sua terceira edição. Trata-se de um mapa de iniciativas, projetos e organizações que estão trabalhando pela qualificação e transparência do processo eleitoral, um quadro de como a sociedade civil organizada brasileira segue viva, criativa e pulsante, mesmo em meio a tantos desafios.

A plataforma é construída a partir de iniciativas inscritas e podem participar projetos que se enquadrem nas seguintes categorias de intervenção: 1) Acompanhar e defender as eleições; 2) Encontrar candidaturas e aprender sobre eleições; 3) Combater a desinformação; 4) Enfrentamento à violência política; 5) Aprofundar o debate político; 6) Aumentar a participação e diversidade; e 7) Monitorar campanhas, partidos e mandatos.

Já é possível encontrar diversos projetos cadastrados no site a partir do link <https://eleicoesmelhores.pactopelademocracia.org.br/>

¹FIGUEIREDO, Jessica. O papel do terceiro setor na construção da democracia brasileira: a participação política em resposta à crise democrática na América Latina. Uberlândia, Minas Gerais. Rev. Fac. Dir., 2018. v.46, n.1, p.45-71.

Isabella Eloy é advogada

COLETIVO DE MULHERES PARTICIPA DE MENTORIA DA UNI AMÉRICA, NA ARGENTINA

As representantes do Coletivo de Mulheres do Senge-VR, do Senge-SE e do Senge-PB, através do Coletivo de Mulheres da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros - Fisenge, participaram nos dias 05 e 06 de setembro, em Buenos Aires, na Argentina, da Oficina do Programa de Tutorias de Mulheres em STEM (sigla para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). O programa piloto de mentoria para mulheres sindicalistas das carreiras STEM da UNI Américas (Organização Mundial de Trabalhadoras e Trabalhadores) visa instrumentalizar mulheres em lideranças profissionais para a implementação de projetos que garantam o aumento da equidade de gênero em suas localidades, entidades e países. Servindo assim de modelo para outros segmentos futuramente. Para isso foram formadas duplas de profissionais mais experientes, tutoras, e profissionais mais jovens, tutoradas. As duplas desenvolveram projetos e terão prazo de 2 anos para apresentarem os resultados, conforme cronogramas acordados.

Considerando que a pandemia transformou o mundo do trabalho, o programa tratou entre outros temas, sobre os avanços atingidos em matéria de inclusão e igualdade das mulheres trabalhadoras no contexto profissional e social, bem como através do diálogo e do intercâmbio de experiências, de encorajar as participantes para exteriorizarem as diferentes problemáticas, demandas e/ou dificuldades que confrontam as trabalhadoras e profissionais da STEM no contexto de trabalho. Além das palestras e debates, foram realizadas atividades grupais, tais co-



Marina Franca, presidente do Senge-SE; Elaine Santana, diretora do Senge-SE e vice-presidente da Fisenge; Neide Aparecida, vice-presidente do Senge-VR, diretora da Fisenge e da AEVR, e Marília Henriques, do Comitê Gestor do Programa Confea/Crea Mulher e do Coletivo de Mulheres Senge-PB

mo: As mulheres no mundo, Questões de gênero nos TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), Parcialidade de gênero nas carreiras TIC - STEM, Desenvolvimento de um questionário para mulheres nas carreiras TIC - Preparo de uma enquete, Planejamento de atividades para o futuro, dentre outras. Foi um momento de troca de experiências, força, aprendizado com as companheiras da Argentina e de outros sindicatos do Brasil.

Foram apenas dois dias de trabalho e muito aprendizado. Valeu cada momento com vocês, mulheres guerreiras, empoderadas, trabalhadoras, queridas, fortes, lindas, companheiras. Pelos trabalhos realizados, o nosso sincero agradecimento aos organizadores e diretoras do evento, e a todas as participantes, por terem compartilhados seus conhecimentos, suas histórias de luta, de vida, de vivências trabalhistas e sindicais, de família, e ainda, por nos deixarem fazer parte de suas vidas.

Até breve e bom trabalho!
¡Hasta pronto y buen trabajo!

UNI Global Union Américas
Andrea E. García - Coordenadora de Igualdade de Oportunidades de UNI Américas; Mónica Sladogna - Diretora do Projeto Sindical Trabalhista do Escritório da FES em Buenos Aires; Verónica Fernández Méndez - Chefe Global do Departamento de Igualdade de Oportunidades da UNI; Marta Ochoa - Coordenadora Global do Departamento de Igualdade de Oportunidades e Diretora da UNI Jovens; André Rodrigues - Diretor da UNI Américas Profissionais e Gerentes.

Engenheiras Marina Franca, Presidente do Senge-SE; Elaine Santana, Diretora do Senge-SE e Vice-Presidente da Fisenge; Neide Aparecida, Vice-Presidente do Senge-VR e Diretora da Fisenge; Marília Henriques, Membro do Comitê Gestor do Programa Confea/Crea Mulher e do Coletivo de Mulheres Senge-PB/ Fisenge.

OUTUBRO ROSA: CONSCIENTIZE-SE

Outubro já é conhecido mundialmente como um mês marcado por ações afirmativas relacionadas à prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama e depois estendeu-se para as atenções ao câncer ginecológico.

O movimento, conhecido como Outubro Rosa, é celebrado anualmente desde os anos 1990, teve início em um evento chamado "Corrida pela cura" que aconteceu em Nova Iorque, para arrecadar fundos para a pesquisa realizada pela instituição Susan G. Komen Breast Cancer Foundation. Ocorria sem que houvesse instituições públicas ou privadas envolvidas e à medida que cresceu, inclusive com a aprovação do Congresso Americano, outubro foi instituído como o mês de conscientização nacional nos Estados Unidos, até se espalhar para o resto do mundo. A cor rosa foi escolhida, devido ao significado feminino.

A primeira ação no Brasil aconteceu só em 2002, no parque Ibirapuera, em São Paulo, com a iluminação cor-de-rosa do Obelisco Mausoléu ao Soldado Constitucionalista. A partir de 2008, iniciativas como essa tornaram-se cada vez mais frequentes, diversas entidades relacionadas ao câncer passaram a iluminar prédios e monumentos, dando alusão à necessidade de prevenção. O objetivo da campanha é compartilhar informações sobre o câncer de mama e, mais recentemente, câncer do colo do útero, promovendo a conscientização sobre as doenças, proporcionando maior acesso aos serviços de diagnóstico, visando a redução da mortalidade e sequelas graves.

CÂNCER DE MAMA

Neste mês de outubro voltamos nossos olhares para uma questão: o combate ao câncer de mama. A doença que muitas vezes pode ser fatal depende de diversos fatores para a sua prevenção.

De acordo com dados do INCA, a estimativa para o ano de 2018 era de "5.360 casos novos de câncer da mama feminina com a taxa bruta de 50,15 casos novos por 100 mil mulheres mineiras".

Hábitos cotidianos, como a má alimentação, o sedentarismo e o uso de substâncias



POR: CAMILLA DA SILVA SANTOS e VANESSA DE LIMA HUGUENIN
ENFERMEIRAS

tóxicas influenciam diretamente no bem-estar e longevidade de qualquer pessoa, porém, há fatores de riscos que independem de boas práticas diárias, como a propensão familiar e até mesmo a exposição ambiental. Nesse sentido, o acompanhamento profissional regular e diagnóstico precoce é essencial em todas as fases da vida.

COMO O CÂNCER DE MAMA É DIAGNOSTICADO

São diversas etapas do diagnóstico e o mais importante é detectá-lo cedo, pois, em 90% desses casos há possibilidades de cura. Então, é preciso que a mulher se conheça, se toque, faça o autoexame. Mas isso não substitui o exame realizado por um profissional de saúde.

Veja como fazer:

- Fique desnuda em frente a um espelho e se observe com os braços abaixados e depois levantados
- Levante um dos braços e dobre-o atrás da cabeça,
- Com a mão contrária, passe os dedos levemente sobre toda extensão dos seios, incluindo as aréolas e mamilos, em sentido circular,
- Busque por irregularidades, como edema, rubor, irritação, secreções, feridas, alterações na pele e tudo o que não for normal,

Vale observar as mamas parte a parte com um pequeno espelho, sobretudo na parte inferior dos mamilos,

Repetir o processo com a outra mão, na mama contrária.

O diagnóstico do câncer de mama se dá de duas formas: com o exame clínico (toque do profissional), com exames de imagem – ultrassom e mamografia e laboratoriais.

Uma vez que a mulher identifica, por meio do autoexame de toque, alguma irregularidade, ela deve buscar um profissional que fará o exame clínico e, se necessário, a encaminha à realização do exame de imagem ou outro necessário, conforme avaliação.

Na presença de uma suspeição ou certeza de malignidade, o desfecho varia caso a caso e depende de múltiplos fatores como: tipo de lesão, idade da paciente, grau de evolução, sintomas apresentados, etc.

EXAME PREVENTIVO DE CÂNCER DE COLO DE ÚTERO (PAPANICOLAU)

O nome “Papanicolau” é uma homenagem ao patologista grego Georges Papanicolau, que criou o método no início do século.

Este, é um exame realizado para detectar alterações nas células do colo do útero, pode ser chamado também de esfregaço cervicovaginal e colpo citologia oncótica cervical e é a principal estratégia para detectar lesões precocemente e fazer o diagnóstico da doença bem no início, antes mesmo do início dos sintomas. É rápido, simples e praticamente indolor.

Toda mulher que tem ou já teve vida sexual deve fazer o exame preventivo periódico, especialmente as que têm entre 25 e 64anos. Inicialmente, o exame deve ser feito anualmente. Após dois exames seguidos (com um intervalo de um ano) apresentando resultado normal, o preventivo pode passar a ser feito a cada três anos.

A priorização desta faixa etária como a população-alvo do Programa justifica-se por ser a de maior ocorrência das lesões de alto grau, passíveis de serem tratadas efetivamente para não evoluírem para o câncer. Segundo a OMS, a incidência deste câncer aumenta nas mulheres entre 30 e 39 anos de idade e atinge seu pico na quinta ou sexta décadas de vida. Antes dos 25 anos prevalecem as infecções por HPV e as lesões

de baixo grau, que regredirão espontaneamente na maioria dos casos e, portanto, podem ser apenas acompanhadas conforme recomendações clínicas.

É importante ressaltar que o exame preventivo é a avaliação local da vulva, canal vaginal, colo do útero, assim como a mucosa, parede vaginal, secreções, odores, feito por profissional médico ou enfermeiro capacitado para tal. Já o exame Papanicolau é a coleta de células do colo do útero (ecto e endocérvice) e enviadas para análise laboratorial. Portanto, uma mulher pode ser avaliada e, não necessariamente coletar material para análise, principalmente as mulheres abaixo de 25 anos. Profissionais devem estar preparados para analisar caso a caso.

É importante destacar que a priorização de uma faixa etária não significa a impossibilidade da oferta do exame para as mulheres mais jovens ou mais velhas. Na prática assistencial, a anamnese bem realizada e a escuta atenta para reconhecimento dos fatores de risco envolvidos e do histórico assistencial da mulher são fundamentais para a indicação do exame de rastreamento.

Mulheres grávidas, em qualquer idade gestacional, também devem realizar o exame, sem prejuízo para sua saúde ou a do bebê.

Além de servir para a detecção de lesões precursoras do câncer do colo do útero e da infecção pelo HPV, o Papanicolau indica se você tem alguma outra infecção que precisa ser tratada. Muitas vezes é preciso que as parcerias também sejam tratadas e, nestes casos, é bom que vão ao serviço de saúde receber as orientações dos profissionais de saúde.

**Não deixe para depois,
cuide-se! Procure
a unidade de saúde
mais próxima.**

ENTREVISTA COM A ENGENHEIRA ALLINE GONÇALVES

A entrevista desta edição é com a engenheira Alline Gonçalves. Ela é diretora do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (Senge-VR) e conselheira do Crea-RJ e contou um pouco da sua trajetória profissional e pessoal para a Revista UNA.

UNA: Alline, conta um pouco a sua trajetória pra nós.

Minha trajetória profissional é marcada pela dedicação, acredito que a dedicação é um agente diferencial, e por acreditar nisso, esforço-me, dedico tempo, amor e paixão em tudo que proponho a fazer.

Estudei em um dos colégios mais tradicionais de Volta Redonda, o Macedo Soares, sempre gostei da área de exatas, desenvolvi atividades de líder de grupo e apresentações de trabalhos.

Sempre busquei pelo conhecimento, hoje, após 14 anos de formada pela Universidade Federal Fluminense-UFF, em Engenharia de Produção, possuo uma Pós Graduação, em Engenharia de Segurança do Trabalho, Auditora Interna ISO 9001, 14001 e 45001, e o mais recente Green Belt Lean Six Sigma.

E como iniciou a carreira?

Comecei minha carreira, atuando com Gestão de Processos, na antiga Galvasud (CSN), onde pude perceber que o maior diferencial de uma empresa, não está em processos bem detalhados, padronização, ou produção enxuta, e até mesmo um rígido controle de qualidade, mas sim, nas pessoas. Daí, decidi fazer especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, na UGB, e desde 2012, atuo como Engenheira de Segurança do Trabalho.

Depois disso, como foi estar no mercado de trabalho?

Minha carreira é marcada por altos e baixos. Sorte minha passar por maus momentos, foram nessas fases que desenvolvi algumas técnicas de empreendedorismo. Montei uma consultoria de EHS e Higiene Ocupacional, fiz alguns parceiros, mas percebi que sou melhor



engenheira do que empresária. De volta ao mercado de trabalho, tive a honra de lecionar. Fantásticos três anos! É muito emocionante poder contribuir na formação de novos profissionais.

Sigo minha carreira no mundo do aço, toneladas, cuidando de pessoas e meio ambiente, atendendo a legislação, pilotando projetos, gerando indicadores, em fim Engenhando. Almejo para o futuro, seguir na área de Environment, Health and Safety, em cargos de gestão: Manager EHS.

O que você gosta de fazer no tempo livre?

Gosto de levar a vida com leveza e alegria. Curto está com minha família e amigos. Amo praia, festas, baladas, comer fora. Nada muito diferente do que a maioria.

Frequento academia sem sacrifício nenhum, já fiz inúmeros tipos de aulas, desde a lamberóbica até a musculação.

Gosto de viajar também, já conheci alguns lugares do Brasil e quero muito ir para o exterior nas minhas férias.

VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER

POR MARIA CONCEIÇÃO
DOS SANTOS

Deve-se entender por "violência contra as mulheres na vida política" qualquer ação, conduta ou omissão, realizada diretamente ou por terceiros que, baseadas no seu gênero, cause dano ou sofrimento a uma ou a várias mulheres, e que tenha como propósito ou resultado depreciar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício dos seus direitos políticos. A violência contra as mulheres na vida política pode incluir, entre outras manifestações, violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica. (Art.3 Lei Modelo Interamericana para Prevenir Sancionar e Erradicar a Violência Contra as Mulheres na Vida Política).

As mulheres brasileiras têm uma longa caminhada pela conquista de seus direitos, essa caminhada teve início no século XIX e persiste até os dias de hoje, no decorrer de décadas os movimentos feministas e de mulheres obtiveram inúmeros avanços e conquistas em relação aos direitos civis, políticos, sociais e culturais, lutaram 40 anos para que o direito de votar e serem votadas fosse aprovado, o direito ao voto feminino somente foi conquistado em 1932. A Constituição Federal de 1988 - a Constituição Cidadã, foi um marco importante nesse percurso para a garantia dos direitos humanos das mulheres, para o exercício pleno de sua cidadania, aí incluídos o direito ao exercício dos direitos políticos.

Apesar de tantas lutas e conquistas muitos desafios ainda se apresentam e precisam ser superados, dentre eles a violência contra as mulheres. A violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos, (conforme a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW 1979), é uma violação das liberdades fundamentais, ofende a dignidade humana e é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

A forma mais conhecida de violência contra a mulher é a violência doméstica e familiar que ocorre na esfera privada dentro dos lares e tem os maridos, ex-maridos, ex-companheiros como autores principais, porém a violência resultante da desigualdade de gênero e da dominação masculina alcança também a esfera pública e viola os direitos políticos das mulheres, colocandobarreiras e obstáculos para a presença das mulheres nos espaços de poder e esse tipo de violência é chamado de Violência Política, que se manifestam de diversas formas.

Existem casos emblemáticos que demonstram, na forma mais grave, a presença desse tipo de violência na vida das mulheres, dentre eles está o caso das irmãs Mirabal - Patria Mercedes, Minerva Minerva Argentina e Atonia Maria Teresa que foram assassinadas por se oporem

a Ditadura Trujillista em 25 de novembro de 1960, data que foi adotada como o Dia Internacional de Luta Contra a Violência a Mulher e um outro caso de violência política que não se pode esquecer é o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco.

A violência política tem afastado as mulheres, segundo dados da ONU mulheres, 82% das mulheres em espaços políticos já sofreram violência psicológica; 45% já sofreram ameaças; 25% sofreram violência física no espaço parlamentar; 20% foi vítima de assédio sexual e 40% das mulheres afirmaram que a violência atrapalhou a sua agenda legislativa e essa é uma realidade que precisa mudar, porque além de ser uma violação básica de direitos humanos é também uma questão de representatividade, pois as mulheres não enxergarem em quem as representa, constitui, em si, uma violência simbólica, afirmou Ana Carolina Querino, da ONU Mulheres.

As mulheres são atualmente 53% do eleitorado, mas a Câmara dos Deputados possui apenas 15% de mulheres e o Senado Federal, 12%; as pessoas negras são 56% da população, mas, nas eleições de 2018 para o Legislativo, somente 27,8% dos eleitos eram pretos ou pardos, sendo 4,28% pretos (TSE). As pessoas com deficiência

A atualmente tem a representação federal de um deputado e uma senadora apenas; a comunidade LGBTQIA+, que estava representada por 0,5% do total de eleitos para o Poder Legislativo Federal em 2018; os quilombolas, em 2020 elegeram 1 prefeito, 1 vice-prefeito e 54 vereadores; os indígenas, também tiveram um aumento de representatividade em 2020 com a eleição de 8 prefeitos e 179 vereadores, mas contam com apenas uma representante indígena na Câmara dos Deputados. A falta de representação política é um obstáculo ao avanço e fortalecimento da democracia e ao exercício da plena cidadania.

Para dar um basta a esse tipo de violência em 2021 uma importante iniciativa foi tomada no sentido de reprimir essa violência com a promulgação da Lei Nº 14.192, de 04 de agosto de 2021 que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a Violência Política contra a mulher.

Desde 5 de agosto 2021, a violência política contra a mulher candidata ou detentora de mandato eletivo, é definida como crime no Código Eleitoral, no art. 326-B: Art. 326-B. Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

O Código Eleitoral pune também toda a divulgação de fato sabidamente inverídico sobre partidos e candidatos



durante a campanha eleitoral ou durante o período de propaganda eleitoral, se forem capazes de exercer influência perante o eleitorado (art. 323). Se a divulgação envolver menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, a pena será aumentada. E, no Código Penal, também desde 5 de agosto de 2021, pune-se a violência política contra qualquer pessoa: Violência política Art. 359-P. Restringir, impedir ou dificultar, com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Desde a adoção da Convenção de Belém do Pará, em 1994, que representou o primeiro tratado internacional estabelecendo explicitamente o direito das mulheres de viver sem violência, a América Latina Latina tem sido uma referência no desenho de marcos legais destinados a erradicar violência de gênero. Alguns dos marcos mais importantes que se seguiram incluem a Declaração sobre Violência e Assédio Político contra a Mulher (OEA / CIM, 2015) e a Lei Modelo Interamericana sobre Violência Política contra a Mulher (OEA / CIM, 2017).

A Violência Política é reflexo da cultura patriarcal e racista em que coloca as mulheres e meninas em posição de inferioridade e subalternidade que as afasta dos espaços de poder e decisão, para superar essa situação é necessário incentivar, estimular e criar condições para que meninas e mulheres se sintam capazes de ocupar esses espaços e assim a partir desse lugar possam fazer as transformações necessárias. A presença das mulheres nos espaços de poder é fundamental para o fortalecimento da democracia dos direitos humanos das mulheres.

Eleições 2022

Estamos vivendo o mais importante momento no Brasil com a aproximação das eleições, as mulheres são 53% do eleitorado e nesse momento as mulheres brasileiras estão sendo desafiadas a decidir o rumo que esse país vai tomar, a optar pela civilização ou pela barbárie, somos chamadas a decidir e construir o país que queremos, um país democrático, com justiça social, com respeito à natureza, com mais igualdade de oportunidade para todas e todos, um país onde as mulheres e meninas possam viver livre de todas as formas de violência.

Nosso voto vale muito! Vale comida na mesa; creche para as crianças; vale respeito à diversidade e sobretudo vale respeito às mulheres e à diversidade, vale democracia e dignidade para todas e todos.

Maria Conceição dos Santos é diretora da Associação de Mulheres Beth Lobo de Volta Redonda e Região e Membro da Comissão Especial de Segurança da Mulher do Estado do Rio de Janeiro

FISENGE: 29 ANOS DE UMA HISTÓRIA DE LUTAS



No dia 21 de Setembro, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, celebrou 29 anos de luta em defesa da engenharia nacional.

Criada em 1993, com sede no Rio de Janeiro, a Federação é constituída por 12 Sindicatos de Engenheiros em todo o Brasil: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro (incluindo Volta Redonda e o da capital), Rio Grande do Norte (exclusivamente de agrônomos), Rondônia, Sergipe e Santa Catarina (exclusivamente de agrônomos).

A Fisenge articula ações dos sindicatos filiados visando à consolidação de políticas públicas para o desenvolvimento social, à valorização da engenharia brasileira, à defesa da soberania nacional e à construção de uma sociedade justa e igualitária. E ainda, possui dois coletivos, o de Mulheres e de Estudantes.

O Coletivo de Mulheres da Fisenge foi criado em 2008, durante o 8º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), em Florianópolis (SC). O Coletivo de Mulheres Engenheiras da Fisenge é composto por representantes de 12 sindicatos no país. Entre os objetivos do Coletivo estão: a formulação de ações sobre empoderamento feminino, a realização de campanhas sobre direitos das mulheres, valorização profissional e combate à violência e todas as formas de opressão, além da luta pela ampliação do número de mulheres nos espaços de poder, pela valorização profissional das engenheiras, pelo reconhecimento nas áreas de pesquisa, ciência e tecnologia, pelo Estado Democrático de Direito, pela soberania nacional e por uma sociedade justa e igualitária.

O Coletivo de Estudantes da Fisenge foi oficializado em 2017, durante o 11º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), em Curitiba (PR). É composto por um integrante de cada sindicato filiado, o Coletivo Nacional de Estudantes é a instância de organização e atuação da Fisenge e das entidades nos estados em defesa dos direitos dos estudantes de engenharia, visando à formação política e à renovação sindical.

A Fisenge e os Senges filiados vêm participando de movimentos não apenas sindicais, como também sociais e políticos, sempre em busca da construção de um Brasil melhor.

Fisenge na luta, ontem, hoje e sempre.

Com informações e foto: www.fisenge.org.br

PARABÉNS, FISENGE!

Eugênia - a engenheira



fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

Coletivo de Mulheres



PRECISA FALAR COM O SENGE-VR?

O Senge-VR está com funcionamento de forma presencial, respeitando todas as medidas sanitárias

Horário de funcionamento: das 9h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30
Atendimento jurídico: sextas, das 9h às 12h

Email
senge-vr@senge-vr.org.br

Telefone
 24 98823-8891 / 33431606

www.senge-vr.org.br

fisenge
 FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

